

A Memória das Políticas Públicas - Um Estudo da Percepção Presente e Pretérita Sobre a Inflação

Marina Bergstrom Paredes⁶, Agnaldo Valentin⁷

Introdução

A inflação e políticas econômicas associadas a ela são conhecidas na história brasileira: fenômeno que atravessou gerações e permite investigações comparativas, para compreendê-lo por novos ângulos. Mobilizada em diferentes campos das ciências sociais e psicologia, estudos sobre memória social começam a se aproximar das políticas públicas como ferramenta: é essa a proposta da pesquisa “A Memória das Políticas Públicas - Um Estudo da Percepção Presente e Pretérita Sobre a Inflação”⁸. Neste artigo estão alguns dos principais resultados, sugerindo simultaneamente que questões econômicas podem ser exploradas em pesquisas de políticas públicas e que processos de memória também podem usados como enfoque para as mesmas. A investigação selecionou os períodos do Plano Real (1994), durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e o Segundo Governo Dilma Rousseff (2016 - Dilma II) - colocando passados distante e recente intrincados com a inflação, cujos partidos políticos (PSDB e PT) posicionam-se em lados opostos, viabilizando também a discussão sobre ideologias.

⁶ Discente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP)

⁷ Docente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP) e pesquisador do Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas (OIPP) e do Núcleo de Estudos em Economia e Políticas Públicas (NEEPP)

⁸ Edital 2018 do Programa Unificado de Bolsas da Universidade de São Paulo

A principal reflexão motivadora da pesquisa é a valorização da compreensão da política pública pela população para além das lógicas mais comuns, como avaliações dentro de sistemas de retroalimentação de políticas. Considera-se que a atenção às percepções formadas fornece insumos para desenvolvimento de políticas e dá pistas sobre construção de narrativas sobre grupos partidários, políticas e o próprio papel do Estado. A inflação é propícia à mobilização de memória: a permanência, a presença no debate público e o impacto cotidiano a fazem um tema não ignorável.

A pesquisa

A pesquisa estruturou-se em revisão bibliográfica, aplicação e análise de questionário. A revisão considerou (a) as teorias inflacionárias e as avaliações econômicas dos dois períodos selecionados; (b) produções relacionadas à elaboração de pesquisas de opinião pública, surveys, censos e investigações de memória com população idosa; e (c) literatura de memória. Como é pouco frequente cruzamento de políticas públicas e memória para além de políticas de memória, foram mobilizadas produções de opinião e percepção pública, memórias coletiva e social. A seleção da população idosa deu-se para contar com respondentes com idade adulta nos dois períodos e para padronizar um aspecto da amostra, a fim de desenvolver outras comparações.

O questionário, estruturado com questões de múltipla escolha e dissertativas, foi desenvolvido e avaliado em pré-teste com voluntários e coletou informações sobre perfil socioeconômico, alinhamento político-ideológico, conhecimento, percepções e entendimento sobre inflação e políticas econômicas e a memória vinculada a estas. O questionário tem questões comparativas

e/ou repetidas para os dois períodos históricos, assim como espaço aberto para comentários em todas as partes. Com apoio das Universidades Abertas à Terceira Idade⁹, 30 questionários foram preenchidos voluntária e anonimamente pelos frequentadores das unidades. Predomina entre os voluntários mulheres brancas, entre 60-70 anos, residentes da área urbana. Metade dos voluntários possui ensino superior completo, sendo a maioria aposentados, com renda na faixa de R\$2.965,69 e R\$5.363,19¹⁰ para 2016.

Resultados

O primeiro resultado é a insuficiência de conhecimento sobre inflação, que também se evidencia através da insegurança para manifestar-se. Os voluntários não apresentaram conhecimentos sedimentados sobre inflação e políticas econômicas, sendo frequentes os comentários receosos por “respostas erradas”, pois não eram “especialistas”. O resultado ganha relevância considerando os níveis de educação formal da amostra e casos específicos cujas profissões lidam com questões econômicas: analistas de câmbio de importações, bancários e assessores previdenciários não indicaram maiores propriedades. Destaca-se a dificuldade de análise comparativa de preços para comentar prioridades no orçamento familiar nos dois períodos, principalmente quanto aos “preços administrados” apresentados: gasolina, energia elétrica e plano de saúde - a alta ou baixa nesses itens contamina a leitura geral da inflação.

Sobre a composição dos orçamentos familiares, observou-se dificuldade na expressão das prioridades. O ato da compra -

9 UNATI-Unesp e UAPI-Unifesp

10 Critério Brasil 2018 - base da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)

principalmente alimentos - é mencionado como íntimo à percepção da inflação, e sugere considerações sobre papéis de gênero frente a questões econômicas. A maioria das mulheres da amostra não se considera apta a comentar inflação, pois os maridos que teriam conhecimentos sobre assuntos “políticos”, elas apenas recebiam o dinheiro da compra e percebiam as mudanças de preços. A questão se agrava na inquirição sobre variáveis ligadas à inflação utilizadas pelas políticas econômicas, como taxa de juros, crédito e desemprego - há pouco ou quase nenhum domínio.

Quanto à descrição geral da natureza da inflação, 70% afirmam que é “evento incomum na economia, que deve ser evitado ou combatido”. Para a quase totalidade da amostra, o Estado não deve assumir protagonismo enquanto dirigente econômico; entretanto, em caso de “problemas”, como é percebida a inflação, ele deve atuar, sanando-os. Não há clareza entre essa declaração e a manifestação majoritária, por exemplo, que o Estado deve ser gerador de empregos, ou possuir estatais em áreas estratégicas: os respondentes não aparentam encontrar divergências entre a afirmação de que o Estado deve assumir um papel mais regulador ou liberal e a afirmação de que deve gerar empregos e conduzir fortemente a economia em crises.

Nenhum dos voluntários possui filiação partidária ou participação ativa em quaisquer organizações de cunho político-ideológico; entretanto, existem padrões de percepção ligados aos dois períodos e a leitura de que o governo FHC estaria mais enquadrado com a idealização do comportamento do Estado descrito anteriormente. Os voluntários afirmam que a leitura dos meios de comunicação foi mais positiva no governo FHC do que

no governo Dilma II. A memória formada da situação pós Plano Real é um cenário positivo para 36,6%, enquanto 40,0% apontam leitura de cenário negativa para 2016. Há menos respostas do tipo “não sei” para memórias do período FHC - mais antigo - do que para o momento mais recente, o governo Dilma II. Nas respostas sobre a situação da inflação em 2016, o cenário descrito é ruim, retrata o desemprego. Destaca-se que as leituras pessimistas e positivas dos períodos nem sempre encontram correspondência com os dados reais. Observando, por exemplo, a Taxa Selic, disponível via Banco Central, para os dois períodos, a percepção de aumento da taxa de juros para o governo Dilma II é compatível com os valores subindo de 11,15% ao ano para 13,65% (2014-2016); entretanto, não refletem a visão otimista dada ao governo FHC, quando o valor pós Plano Real atingiu 23,94%. A mesma dinâmica de incompatibilidade da leitura otimista para o governo FHC é também observada nos dados de desemprego, que segundo os dados do DIEESE/SEADE cresceram a partir de 1995. A aparente ilogicidade da formação de memórias mais nítidas para o período mais distante do que para o mais recente chama atenção. As descrições de 1994 contam com maior detalhamento, são mais “técnicas” e até citam dados - enquanto as de 2016 são mais genéricas, focadas num aspecto mais político do governo.

Considerações Finais

Para além das possibilidades de debates específicos nas diferentes frentes de resultados, fica nítido o distanciamento das políticas econômicas da população. É possível inferir que muito do distanciamento e memórias formadas vêm da não

compreensão da inflação e políticas econômicas. Sobre a potencialidade do uso da memória para discussão de políticas públicas, destaca-se o quanto os resultados encontrados refletem a literatura. Memórias coletivas que se formam de maneira institucionalizada - como pela mídia - independem da real correspondência com memórias pessoais ou dados disponíveis. Destaca-se ainda a relevância do alinhamento político-ideológico, a importância de construções e narrativas comuns e a dificuldade do exercício da comparação - memórias “vivas” ou “distantes” (MULLER, BERMEJO & HIRST, 2018) e formação de mitos, como a leitura da inflação como monstro, o “dragão”, que deve ser combatido. A formação de memória individual opera como “ponto de vista” dentro da memória coletiva (LIFSCHITZ, GRISALES, 2012 e PEREIRO, 2011). Tal campo é de grande valor para observação de políticas públicas que se alastram por anos, traz a população - que é alvo dos supostos benefícios - para o centro da investigação e abre possibilidades sobre construção de narrativas, aceitação e resistências a determinadas políticas públicas, governos e papéis atribuídos ao Estado.

Referências

- ABEP. Critério Brasil. Critério Brasil 2015 e atualização da distribuição de classes para 2016. Disponível em: <http://www.abep.org/criterio-brasil>. Acesso em: 15 de ago. 2019.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Taxa Selic. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/txjuros>. Acesso em: 23 de ago. 2019.
- DIEESE. Mercado de Trabalho no Brasil. São Paulo, 2018 Disponível em: www.dieese.org.br. Acesso em: 20 de ago. 2019.

IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003: Primeiros Resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: Primeiros Resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro; ARENAS GRISALES, Sandra Patricia. Political Memory and Cultural Artifacts (Memoria política y artefactos culturales). *Estudios Políticos*, v. 40, n. 1, p. 98-119, 2012.

MULLER, Felipe; BERMEJO, Federico; HIRST, William. Cultural and communicative memories: contrasting Argentina's 1976 coup d'état and the 2001 economic-political-social crisis. *Memory*, v. 26, n. 7, p. 974-984, 2018.

PEREIRO, Xerardo. Antropología, Memoria Social e Historia. *Etnicex: revista de estudios etnográficos*, N.º. 3, p. 65-79, 2011.